



Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros

ATA DA SESSÃO N.º 17

Sessão Extraordinária de 21/12/2023

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e três, pelas 21:00 horas, nesta vila de Alhos Vedros, no edifício da Junta de Freguesia, no Largo da Graça, reuniu-se em sessão extraordinária a Assembleia de Freguesia, para a sua 17.ª sessão, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1 – Grandes Opções do Plano e Orçamento 2024
- 2 – Mapa de Pessoal
- 3 – Regulamento e Tabela de Taxas para 2024
- 4 - Atos da Junta

Estiveram ausentes os seguintes membros da Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros:

- Irina Cardoso substituída por Cândido Pereira
-

Estiveram presentes os seguintes membros do Executivo da Junta de Freguesia de Alhos Vedros:

- Artur Varandas
- José Ferreira
- Paula Amorim
- Carlos Dias

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros deu início à realização da Assembleia de Freguesia, perguntando ao público presente se pretende falar.

Sra. Helena Pereira

Vem em representação da Comissão de Utentes pelo direito à saúde de Alhos Vedros que após as declarações do Sr. Presidente em relação às questões colocadas na última Assembleia acham por bem vir esclarecer os contactos e sustentar a intervenção anterior. No que diz respeito ao pacote de medidas para mitigar a falta de médicos na nossa Freguesia o Sr. Presidente, na reunião de 25 de novembro de 2022 mencionou que tinha apresentado junto da Câmara Municipal da Moita o tal pacote de medidas que visava incentivos vários de forma a poder fomentar o vínculo dos Médicos ao nosso Centro de Saúde. Nessa reunião verificaram-se as seguintes presenças, do ACES o Dr. Miguel Lemos e a sua equipa, do Centro de Saúde de Alhos Vedros os profissionais representativos de todas as áreas, médica, enfermagem e administrativa, da Comissão de utentes pelo direito à saúde de Alhos Vedros estava o Sr. Coordenador Henrique Vilhena, Guilhermina Dias, Helena Pereira e Patrícia Lopes, da Junta de Freguesia de Alhos Vedros o Sr. Presidente Artur Varandas. Estes incentivos, segundo palavras do Sr. Presidente, seriam, por exemplo, a redução do IMI, a redução do IMT, os descontos nas mensalidades das creches, infantários, piscinas municipais e outros. Assim o Centro de Saúde de Alhos Vedros tornar-se-ia um lugar de trabalho mais aliciante para os Médicos. Naturalmente que da nossa parte imediatamente refutamos a essa sugestão pois a implementação de tais incentivos seria uma injustiça social perante outros profissionais em precaridade, até porque tal como observaram na altura essa responsabilidade é pertença do órgão central, ou seja, do Governo e não do local. Relativamente ao projeto bata branca quer lembrar o Sr. Presidente que foi o Senhor que na Assembleia Municipal de 28 de setembro de 2023 apresentou uma declaração política a mencionar este projeto e mais, nessa reunião até assegurou que o mesmo seria posto em prática daí a uma ou duas semanas. Estamos no fim de dezembro e nada aconteceu. Só para que conste. A Comissão de Utentes é da opinião que se trata de um projeto socialmente injusto, desigual, nada universal ao contrário do que deveria ser o nosso Serviço Nacional de Saúde, uma vez que exclui, logo à partida, doentes crónicos e crianças, ou seja, põe de parte as pessoas com maior grau de dependência pelo Serviço Nacional de Saúde. No fundo trata-se de uma manobra de distração protelando a resolução de um problema efetivo, que é o desmantelamento do nosso Serviço Nacional de Saúde.

Sra. Ana Paula Henrique

Começa por referir que estamos sensivelmente a 4 meses de festejar os 50 anos do 25 de Abril. 25 de Abril que nos trouxe a democracia, a liberdade, a liberdade de expressão, eleições livres, entre outras. A democracia permite atualmente estar nesta casa, constituir as Juntas e as Câmaras. A liberdade que é uma coisa tão boa, hoje em dia está a faltar o conceito de liberdade, porque se é verdade que somos livres de exprimir a nossa opinião, contrária a outros, mas a liberdade não nos permite sermos arrogantes, enxovalhar e ofender as outras pessoas. Todos têm o direito a ter a sua opinião e democracia significa saber discutir as várias opiniões que há. Dito isto, mais uma vez, a semana passada, assistiu aqui a situações que ofendem e enxovalham esta casa e quem aqui está a representar o povo de Alhos Vedros. Pior que isso, verifica que ao longo deste tempo, isto já está a ser recorrente, esta Assembleia não conseguiu utilizar uma única palavra de repúdio a essas situações. Não conseguiu ainda ouvir da parte dos membros da Assembleia uma palavra de repúdio às ofensas que têm sido feitas e a semana passada em concreto, ao Presidente da Junta e à Presidente da Mesa da Assembleia. Há aqui pessoas que foram eleitas por ela, porque vota por duas razões, primeiro para honrar quem lutou durante anos para termos eleições livres e porque gosta de participar nos destinos da sua terra e poder, quando quer, criticar ou apoiar as decisões que são

tomadas. Portanto na qualidade de cidadã e de freguesa desta terra pede desculpa ao Presidente da Junta e à Presidente da Mesa da Assembleia pelas ofensas que lhes são dirigidas. Em relação ao orçamento que não foi aprovado a semana passada e que vai ser apresentado novamente, quer dizer o seguinte, para quem pensava por o orçamento ser chumbado, o Executivo ia cair, lamenta dizer, mas não é assim que funciona e acha que as pessoas às vezes antes de terem certas atitudes deviam consultar e estudar um bocadinho as situações do dia a dia e de política. Se não for aprovado hoje o orçamento, o Executivo pode apresentar mais vezes. Se se reclama que o orçamento do ano passado foi mau, o deste ano é mau, não sabe se será melhor viver em duodécimos. De seguida leu um comunicado de um Presidente de Junta da CDU cujo orçamento foi reprovado. Quem tem o direito de julgar o trabalho do Executivo das Juntas e das Câmaras são os eleitores no dia das eleições, se há 2 anos os eleitores escolheram outro caminho, daqui a 2 anos os eleitores vão escolher se concordam ou não com as atitudes que o Executivo da Junta teve. Refere que fez 2 mandatos nesta Assembleia, eleita pelo PS, e nunca votou contra nenhum Orçamento, simplesmente abstinha-se, porque quem tem que dar contas é o Executivo, estava aqui só para fiscalizar. O Executivo é que tem que dar conta do que fez. Refere, por fim, que votou na lista do PS nestas eleições e que assim não reconhece legitimidade para a defender como eleitora às pessoas desta lista que concordando com o programa apresentado, neste momento são independentes.

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Começa por referir que concorda com a Sra. Helena Pereira porque efetivamente esteve na reunião, entre as cinco ou seis que teve, relacionadas com a saúde e com as questões do Centro de Saúde. Apresentou essas medidas todas que passavam por ser sugestões, não é a Junta de Freguesia que tem que implementar mudanças no IMI, nas reduções nas creches para possíveis Médicos que queiram vir para o nosso Centro de Saúde, etc. Isso é tudo sugestões porque a Câmara é que tem o poder, essa capacidade, essa competência e essa obrigação. Nós não podemos forçar a Câmara a implementar as sugestões que são feitas. Em relação ao protocolo Bata Branca, ao aditamento de extensão do protocolo, este vai acontecer e é bom para o nosso Centro de Saúde e para os cerca de 60% de utentes sem Médico de Família. A Junta de Freguesia não é signatária do protocolo, não vai assinar protocolo nenhum, a Junta de Freguesia fez uma intervenção de diligência junto das entidades para se disponibilizarem a estender esse protocolo ao nosso Centro de Saúde. Não vai tecer nenhum comentário ao que a Sra. Ana Paula Henrique referiu, simplesmente que concorda com quase tudo. Acha que foi um apelo à responsabilidade das pessoas para aprovar um orçamento, que não devia ter sido reprovado anteriormente, mas, entretanto, foram introduzidas algumas alterações, que até encara como melhorias.

Seguidamente o membro Eli Rodrigues da bancada da CDU apresentou um requerimento (anexo à ata).

De seguida, foi lida pelo membro independente Rosa Paula Marques um documento em defesa da honra (anexo à ata).

ORDEM DO DIA

1 – Grandes Opções do Plano e Orçamento 2024

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Na apresentação do novo orçamento foram consideradas as questões levantadas nas declarações de voto dos vários intervenientes, na Assembleia anterior. Quase todos referiram que as propostas eram muito vagas e foram retiradas grande parte delas. Volta a apelar à responsabilidade porque o que está aqui em causa no orçamento para 2024 é o seguinte: procedimentos concursais para regularizar o trabalho precário dos prestadores de serviços da Junta, acordo verbal que existe para compartilhar com todas as Juntas numa ambulância para os bombeiros no valor de 50.000 €, o orçamento participativo para 2024 que pode ser de 5.000 € ou mais, aquisição de uma carrinha de serviços em Abril ou Maio para a Junta de Freguesia, dois parques infantis que estão programados, o investimento para iniciar o ensino secundário já no ano letivo na Escola José Afonso, o Festival de Rock 2024, as Festas de Alhos Vedros, projetos das candidaturas para construção do núcleo cultural, reabilitações na zonas ribeirinha, apoios ao movimento associativo para 2024, apoios às comemorações dos 50 anos do 25 de abril às escolas e às associações, o Carnaval das crianças das escolas e das duas associações, apoios a obras para o Lar Pedro Soares da Costa de SCMAV, diversos investimentos nas escolas como os ares condicionados, diversos eventos e iniciativas culturais.

Eli Rodrigues – CDU (Coligação Democrática Unitária)

Esclarece o Sr. Presidente que disse que em 2001 foi o último concurso e depois até 2018 passámos pelo tempo da Troika em que só se podia colocar uma pessoa no quadro quando se reformavam três. Toda a gente sabe que as Câmaras e as Juntas de Freguesia passaram por muitas dificuldades com falta de pessoal, aí recorreu-se aos centros de emprego e ao trabalho precário. Depois de uma luta dos sindicatos, nesta Junta entraram duas pessoas que estavam a recibos verdes e essas pessoas passaram a ter um vínculo regularizado. Pergunta, então como se vai regularizar a situação das pessoas de deixarem de ter recibos verdes e passarem ao quadro.

Rosa Paula Marques - Independente

Ao analisar o orçamento apresentado e tendo por base o orçamento anterior foi possível verificar que existiram poucas alterações. O valor para a cultura está igual 77.700 €, o valor para as escolas está igual 20.500 €, o valor para a educação é muito mais baixo que o valor apresentado para as festas, porque com este orçamento está espelhado qual as prioridades para a Freguesia de Alhos Vedros, primeiro festas e em segundo está a educação. Esta foi a grande questão levantada por todos os que votaram contra. O Executivo pediu as declarações de voto e não teve em consideração as mesmas. A responsabilidade de fazer o orçamento é do Executivo. Neste orçamento em comparação com o anterior tirou 500 € na aquisição de bens, tirou 500 € na aquisição de outros bens, colocou mais 500 € na aquisição de serviços mais 500 € na formação. Outra questão, o porquê ter aumentado 500 € na rubrica da formação uma vez que a bancada da CDU questionou na Assembleia passada se o valor não era pouco para a formação e o Sr. Presidente disse que não, porque procuravam formações gratuitas. Se são gratuitas não acresce mais valor, o valor será o mesmo para dois ou quatro trabalhadores, assim qual a justificação para aumentar 500 €. O Executivo contradiz-se e depois tem que se colocar estas questões. Para poder fazer uma análise correta e perceber os valores apresentados no orçamento, gostava de saber quantos avençados a Junta de Freguesia de Alhos Vedros tem e quais as funções que ocupam. A despesa de uma avença é igual à despesa de uma pessoa do quadro? A avença não tem direito a subsídio de férias, nem subsídio de Natal, assim ao passar para os quadros o valor devia ser mais elevado. Outra questão que coloca é, tendo por base a alteração do orçamento inerente ao recrutamento de quatro assistentes operacionais e fazendo das transferências de valor entre a classificação económica, como é que o valor da despesa corrente com pessoal se mantém igual. Acrescentou 22.500 € na conta do recrutamento pessoal para novos postos de trabalho acrescentou 2.500 € na conta do subsídio de alimentação pessoal do

quadro, acrescentou 4000 € na conta do subsídio de férias e de Natal do pessoal dos quadros, faltou acrescentar o valor nas contribuições obrigatórias para a Segurança Social ADSE, valor do seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais, etc. que todos sabemos que são obrigatórios, ou o Sr. Presidente não tem intenções de assumir este tipo de despesas obrigatórias e por isso não englobou no orçamento. Isto é muito grave, mas que contas são estas? Outra situação também muito importante, o Executivo teve um ano para fazer as peças processuais, a parte administrativa, para abrir um concurso para quatro assistentes operacionais e depois prevê publicar o aviso de abertura dos concursos e concluir em seis meses. Será que o Executivo tem noção de quantas pessoas vão concorrer a estes concursos, talvez umas 200 ou mais. Qualquer pessoa com o nono ano pode concorrer, depois têm de ser analisadas todas as candidaturas, as pessoas que não foram excluídas têm de prestar provas escritas, vão ter de corrigir todas as provas, depois fazer provas psicotécnicas, depois entrevistas, cumprindo todos os prazos legais no mínimo 9 meses a 12 meses, a questão que coloca é, se não conseguir concluir os concursos no primeiro semestre de 2024 como vai fazer? Não tendo dinheiro na rubrica das avenças para pagar às pessoas no segundo semestre, vai mandar os avançados embora até conseguir concluir os concursos? Se o orçamento anterior não estava bem, a alteração que foi feita ainda conseguiu colocar pior do que estava. Pretende saber quais são as intenções deste Executivo quando apresenta um orçamento onde os valores totais discutidos estão iguais. O Executivo tem a responsabilidade de saber fazer e apresentar o orçamento. Um orçamento tem que ser elaborado com rigor e cuidado. Mais uma vez houve falta de cuidado e rigor, porque no primeiro orçamento para 2024 nem houve o cuidado de ver o valor que colocaram para a covid-19 e que foi corrigido porque reparou e falou, porque pelo rigor do Executivo passava. Neste segundo orçamento a situação das despesas com pessoal são obrigatórias que não foram refletidas no orçamento e não é no momento da Assembleia que se anda a fazer alterações ao orçamento. Será que está a pedir aos elementos da Assembleia que mantenham o seu voto. Se o orçamento praticamente se mantém igual obviamente que o Executivo está a pedir que se mantenha o voto contra. Depois vão culpar quem vota contra, mas o voto vai ao encontro do que é apresentado e não se pode levar a mal se alguém votar contra, pois a posição do PS foi sempre de votar contra todos os orçamentos da Junta. Por ser uma pessoa responsável o seu voto é contra. Vota contra porque não aprova dar-se mais dinheiro à cultura, 77.700 € e apenas se prevê 20.500 € para a educação, tendo a Freguesia tantas escolas com carências. Com a alteração apresentada não foi acautelado o valor das contribuições obrigatórias do pessoal do quadro, pois com o recrutamento passam mais pessoas ao quadro, assim o valor das contribuições não pode ser igual ao anterior. Entre outras, o protocolo da bata branca que não está explícito.

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Em resposta ao membro Eli Rodrigues explica que o que vão fazer é a abertura de um procedimento concursal que já devia ter sido iniciado, aliás foi iniciado este ano, não foi finalizado pelas dificuldades que acabou de enunciar.

Em resposta ao membro Rosa Paula Marques, a rubrica das escolas não é só esta rubrica que aqui vem mencionada, existe outra rubrica, que é outros trabalhos especializados. Foram adquiridos vidros para as escolas, são trabalhos que pagam a empresas que vão fazer trabalhos, vão adjudicar um serviço no pavilhão José Afonso de reparação de uma infiltração. Além disso também há a cabimentação do trabalho. O trabalho que é feito nas escolas tem custo e os funcionários da Junta de Freguesia quando vão às escolas trabalham lá horas e horas, substituem e adquirem materiais que também não está nessa rubrica. O que está aqui em causa é um conjunto de rubricas de vários trabalhos e do custo do trabalho que se tem que afetar. Temos cinco escolas, agora mais uma que é uma escola de grandes dimensões e que tem grandes intervenções. Só o pavilhão José Afonso para arranjar aquela infiltração são quase 4.000 €, precisam do dinheiro que está no orçamento para arranjar essa infiltração que já dura há anos. Além disso há uma rampa para construir a pedido do

Diretor do Agrupamento. Há uma intervenção estrutural para adaptar um dos pavilhões para ter mais salas de aula para se pedir ensino secundário e a Junta acordou compartilhar uma parte, assim como a Câmara vai compartilhar com uma outra parte maior. Tudo o que vem aqui é um orçamento para um ano que tem uma revisão orçamental em abril. Em abril várias rúbricas vão ser reforçadas de acordo com as necessidades, com os compromissos e com aquilo que identificam como necessário, em mais de 200.000 €, que são os valores que estão para incluir em orçamento, ou seja o que está aqui vai levar reajustes logo em abril. Não é verdade que não estão assegurados em termos de cabimentação orçamental todas as responsabilidades sociais, não vale a pena estar com análise rúbrica a rúbrica porque não é verdade, todas as responsabilidades sociais estão cabimentadas como estavam o ano passado e no tempo da CDU, que fazia exatamente da mesma maneira em termos de responsabilidades sociais. O Presidente é o decisor político, não faz a classificação dos documentos, das faturas para depois encaixar nas rúbricas, nem precisa de dar orientação. A funcionária que faz trabalho nesta casa há 40 anos, é uma excelente profissional.

Jorge Marques - CDU

Ficou agradado com a alteração do valor lançado da formação, mas depois diz “articulação com entidades que ministrem de forma gratuita”, espera que se escolha a formação porque seja necessária e não porque as empresas dão de forma gratuita. Espera que exista um plano de formação adequada às necessidades dos trabalhadores da Junta de Freguesia. Fica satisfeito com a criação do futuro projeto do edifício do núcleo cultural de Alhos Vedros e a criação de um espaço para possível colocação de forças de segurança. Só quer lembrar que a Câmara Municipal da Moita há mais de 20 anos que disponibilizou um espaço na Moita para GNR, um espaço em Alhos Vedros para a GNR e um espaço na Baixa da Banheira para a PSP. Quer salientar que todas essas propostas foram chumbadas pelo PS, inclusive na Assembleia da República.

Sobre a proposta onde diz “acompanhar o projeto de reabilitação do parque das salinas e sensibilizar a Câmara da Moita para tal” referindo que foi proposta do PS e da CDU, esclarece que proposta da CDU não é esta nem nunca foi. A proposta da CDU é tentar fazer o desassoreamento do cais de Alhos Vedros, pô-lo em condições, incluir a caldeira e o parque das salinas, porque têm a convicção que só se consegue limpar o parque das Salinas com todo o processo a jusante, se só fizermos a montante não vamos resolver nada. Portanto não sabe se existe algum projeto Municipal que é a reabilitação do parque das Salinas, mas a nossa proposta não é o que está aqui escrito, na nossa declaração de voto o que está escrito é o tratamento integrado de toda aquela zona todo aquele estuário.

Outra questão e porque o Sr. Presidente diz muitas vezes que a CDU tinha um custo com comunicações e informática brutais, mas não havia problemas de WiFi, não havia problemas de comunicações e de rede aqui no Edifício, nem problemas de comunicações com os nossos colaboradores e com os nossos trabalhadores, mas agora no orçamento há 7000 € para comunicações e mais 7.000 € de investimento para software e hardware. Não está a dizer que está mal, mas só fala disso porque no princípio do mandato foi dito que a CDU tinha tido custos enormíssimos, mas também tínhamos boa qualidade de serviço.

Rui Guerra - CDU

Quer realçar que quando se fala nas GOP de novas actividades desportivas, não é bem assim, porque, frisa, que já houve actividades desportivas nos clubes em questão. Acha bem que continuem a apostar no desporto e a apoiar as nossas crianças, os nossos atletas.

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Em resposta ao membro Rui Guerra é só uma questão de semântica, apoiaram as respetivas modalidades o ano passado e este ano vão apoiar novamente e acha que estamos todos de acordo em relação a isso.

Em resposta ao membro Jorge Marques começa pela questão das comunicações. O ano passado orçamentaram 8000 € euros este ano estão a orçamentar 7000 € e o porquê é que estamos no final do ano com a rubrica muito próximo dos 6000 € o que é que acontece nesta rubrica, cortaram nas comunicações da Vodafone, entregaram telemóveis, prescindiram de serviços, consideraram que não era necessário, mas consideraram também necessário uma coisa que cai nesta rubrica que é as transmissões das Assembleias. Além disso ainda houve outra coisa que foi alterada em termos de custo mensal, a avença que vinha do tempo da CDU com um excelente profissional que é o Rui Bernardo que passou de 150 € para 160 € por mês e elaborou um site novo. A CDU não tendo este serviço das transmissões orçamentou 8.500 € e 7.500 € em 2020 e 2021, nós abdicamos de um determinado serviço que não queriam e não precisavam, aquilo que precisam são dois telemóveis um para o responsável das oficinas e outro para a Sra. Paula Santos que quis manter o telefone dela e têm a transmissão das Assembleias. A transmissão das Assembleias era um compromisso eleitoral e as atas também no site é um compromisso eleitoral, assim como os outros Executivos também orçamentavam conforme os seus compromissos eleitorais. Em relação às formações, o que querem fazer é dar formação às pessoas de preferência gratuita e deram duas formações gratuitas, higiene e segurança social que tem um enquadramento legal e jurídico e obrigatório para quem desempenha funções como aquelas que nós temos nos serviços operacionais da Junta e deram uma formação muito específica, que faz todo o sentido, que foi a aplicação dos produtos fitofarmacêuticos, também gratuita. Orçamentaram um valor para uma formação específica e se não conseguirem gratuita recorre-se a essa verba.

Sobre o desassoreamento, isso é uma competência da Câmara. Existe de facto um projeto a ser elaborado. Querem acompanhar o projeto, querem e estão a acompanhar. Existe ali três situações diferentes uma é o desassoreamento, ou pelo menos melhorar as condições hidráulicas para naturalizar através das marés a circulação da água no Parques das Salinas e isso cabe à Câmara resolver. Depois há outra questão que é o desassoreamento da caldeira do Moinho que está assoreada, quase não tem capacidade caudal de água nenhuma e depois há a necessidade de desassoreamento depois do Moinho no próprio esteiro. São três situações distintas, nenhuma delas é competência da Junta. Não deixam de sensibilizar e de querer participar nas decisões, querem dar a sua opinião mesmo não sendo técnicos, mas querem acompanhar e confirmem os fundamentos que estão a encontrar, as melhores soluções.

Pedro Galha - Independente

Apesar de ver algum interesse em melhorar o que foi já falado, em relação aos trabalhadores que acha que é uma mais valia, mesmo havendo falhas técnicas a nível das contribuições porque se se vão colocar pessoas no quadro tem que haver contribuições à Segurança Social.

Outra questão tem a ver com os serviços urbanos, que em 2024 serão efetuados investimentos no sentido de a Junta de Freguesia colaborar mais com a Câmara Municipal da Moita, recorda que no início do mandato e antes até nas promessas feitas pelo PS que era trabalhar com a Câmara de maneira a que houvesse mais pessoas a nível da manutenção e limpeza geral na Freguesia. Mas neste momento diz que cada vez está pior e não está a dizer que seja falha a nível dos funcionários, há uma falha a nível de organização de trabalhos. Cortar as ervas das ruas quando há Assembleias principalmente onde moram os eleitos, fica ao critério de quem quiser perceber. Outra situação que refere, porque é um problema grave que existe no centro da Vila, é o estacionamento abusivo na Praça da República todos os dias ao final da tarde. Apesar de não ser totalmente responsabilidade da Junta de Freguesia, mas está referido nestas GOP que foi iniciativa da Junta de Freguesia criar

a resolução do estacionamento junto ao Centro de Saúde, logo isso significa que também pode ter iniciativa em criar ou em resolver a situação que está a acontecer no centro da Vila. Aproveita para lembrar que até hoje está a aguardar resposta de uma recomendação que fez no primeiro ano de Mandato em relação à Avenida da Bela Rosa.

A situação da segurança é outra preocupação, esta semana teve conhecimento de mais algumas situações, só vê uma solução que é sensibilizar a Câmara e as forças de segurança para as necessidades específicas de Alhos Vedros, com maior policiamento e mais rondas em locais da Freguesia. Somente no futuro projeto do núcleo cultural é que irá ser criado um espaço para a colocação de forças de segurança, não podemos estar à espera tantos anos porque vai agravar a insegurança que há na Freguesia, algo tem que ser feito mais brevemente possível. Como está a ser pensado a requalificação do edifício que está no Parque 25 de Abril, seria uma boa aposta esse espaço, até haver um espaço definitivo, ser utilizado pelas forças de segurança, ficariam numa zona mais central da Vila porque só colocar iluminação não resolve as questões de segurança.

A nível da iluminação pública há um caso concreto, existe um ponto de iluminação na entrada da Rua Primeiro de Maio na Vinha das Pedras que está desligado há 2 anos. No término das obras da Avenida Primeiro de Maio foi reportado à Câmara e à ERedes e até a esta data nada foi feito, continua desativado. é assim se vamos apostar na iluminação nestes locais

A nível da ação foi cedido um equipamento, uma cama articulada e que vai ser novamente cedido uma outra cama articulada à SCMAV, a questão que levanta é se esses equipamentos não poderiam ficar ao encargo da Junta para servir os fregueses.

Sobre a constituição do grupo de trabalho por causa do painel de azulejos do Luís Guerreiro, pergunta qual será o critério para a constituição deste grupo.

Cândido Pereira – PS (Partido Socialista)

Sobre uma afirmação por parte de um membro desta Assembleia, quer esclarecer e como alguns devem saber, entre 2013 e 2017 fez parte desta Assembleia como membro independente do PS, foi dito que o PS votou sempre contra os orçamentos apresentados pela Junta. No período de 2013 a 2017 os elementos da bancada do PS nunca votaram contra o orçamento da Junta por uma razão simples, adotaram desde o início uma postura que foi a seguinte, o Executivo da Junta é maioritariamente da CDU, foram eles que ganharam as eleições, a partir daí por uma questão de princípio nunca votar contra. No final do ano pode-se discutir se foram ou não executados aquilo que se propuseram fazer.

Relativamente às GOP e orçamento, isto é um processo de intenções, que pode ser ou não realizado, portanto as várias situações que existem aqui podem ou não ser realizadas. Todas as forças políticas aqui presentes têm legitimidade para votar a favor ou contra. No entanto, gostaria de fazer um pedido de esclarecimento, se eventualmente o orçamento for reprovado como é que se vai fazer, como é que a Junta de Freguesia vai funcionar, vai servir só para pagar salários dos funcionários, passar licenças para cães e coisas desse género?

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Começa por dizer aos membros da Assembleia que a pessoa que faz o Orçamento é a Sra. Paula Santos que é exatamente a mesma pessoa que fazia o orçamento para o Executivo da CDU no mandato anterior. Sobre as responsabilidades sociais: Segurança Social 45.100 €, contribuições para a Segurança Social 36.100 €, Segurança Social pessoal contrato a trabalho de funções públicas 33.500 €, Caixa Geral de Aposentações 13.500 €, Segurança Social e regime geral 20.000 €. Como é que é possível alguém aqui dizer que não estão asseguradas ou que houve alterações das nossas responsabilidades sociais. Isto é impensável, a pessoa que faz o orçamento é sempre a mesma não mudou, era impensável a pessoa não assegurar aqui todas as responsabilidades sociais da Junta, que nunca falhou em 46 anos.

Em relação à iluminação não é responsabilidade da Junta, mas só para entenderem, em 2 anos já conseguiram junto da Câmara sensibilizar para necessidades no Parque dos Pinheiros, rotunda da Bela Rosa, Parque 25 de Abril, caminha da Escola José Afonso e agora há pouco tempo nos Brejos Faria o reforço de iluminação. Há outro pedido à Câmara que não vem aqui mencionado que é no parque de estacionamento ao pé da CP. Em relação ao estacionamento abusivo na Praça da República que é um local nobre, não é competência da Junta, mas vão diligenciar junto da Câmara para ver o que é que pensa fazer.

Sobre as forças de segurança, por exemplo os bombeiros, que querem colocar uma equipa de primeira intervenção no Vale da Amoreira para dar uma assistência mais rápida em Alhos Vedros.

Sobre o estacionamento, sempre que identificam necessidades de estacionamento ou que se podem resolver alguns problemas de estacionamento reportam a quem de direito, foi o que fizeram no Centro de Saúde. A Av. da Bela Rosa é uma zona complicada. Houve melhorias no estacionamento em volta do FAVO.

Refere também que só estão aqui há 2 anos e já conquistaram muita coisa para Alhos Vedros e vão de certeza conquistar muito mais, independentemente do que aconteça aqui hoje.

Em resposta ao membro Cândido Pereira sobre a não aprovação hoje do orçamento, refere que ainda pode apresentar mais vezes, se não pode sempre gerir em duodécimos, pensa que não é bom para ninguém muito menos para a população, porque há serviços a iniciar no início do ano e acabou de dizer que vão deliberar no Executivo já na próxima reunião, uma proposta que é cumprir com a nossa parte do acordo verbal dos recursos financeiros ao Agrupamento José Afonso para o Professor Paulo fazer as obras que precisa para o ensino secundário.

Eli Rodrigues - CDU

Pergunta, porque a bancada da CDU ainda não percebeu, onde é que vai ser construído o minipavilhão na escola básica número dois no Bairro Gouveia. Onde vão ser construídas as salas de aulas, porque não vê espaço para tal. Outra questão é sobre a toponímia municipal e já foi dita pela bancada da CDU algumas vezes, que acham que as propostas para os nomes das ruas deviam de vir primeiro à Assembleia de Freguesia antes de ir à Assembleia Municipal ou ao conselho de toponímia municipal. Por último e em jeito de curiosidade, a bancada da CDU elegeram só 4 membros, mas mesmo assim é culpada de tudo, são quatro em 13 eleitos, hoje ficou a saber que o orçamento da Junta de Freguesia de Azeitão foi chumbado porque a CDU não tem maioria absoluta e então os autarcas do PS votaram contra e o PSD absteve-se.

Rui Guerra - CDU

Ao analisar a nova proposta de orçamento verifica que vai ter menos verba para avançados e mais para o pessoal do quadro, mas se formos ver as duas propostas, nas contribuições está exatamente os mesmos valores, não consegue perceber.

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Esclarece que em relação aos prestadores de serviços, a responsabilidade social dos prestadores de serviços está a cargo deles. Eles é que têm a responsabilidade não é a Junta de Freguesia.

Em resposta ao membro Eli Rodrigues não conhece os contornos do orçamento da Junta de Azeitão, portanto não pode emitir opinião. Pode dar opinião se tivesse desse lado, faria aquilo que o membro Cândido Pereira e outras pessoas que cá estiveram fizeram, a não ser que no orçamento estivessem coisas sem sentido fora das competências da Junta, que não é o caso. A proposta de orçamento tem tudo dentro das competências e tudo absolutamente normal, não há aqui nada sem ser a continuidade do trabalho e atender às necessidades da população. Votos contra nas Freguesias acha que não faz sentido, não faz sentido independentemente de terem maioria ou não. Tem que se viabilizar o trabalho, tem que se deixar fazer o trabalho porque quem presta contas vai prestar contas

todos os anos aqui e depois ao fim de 4 anos são os eleitores. Em relação à questão da ampliação e criação de mais salas de aulas ou a uma possibilidade do minipavilhão para a atividade, aquilo tem um campo de futebol de areia lá por trás, não sabe se é possível ali ou não, se tem área suficiente, o que está em causa é sensibilizar tanto o Agrupamento como a Câmara para esta necessidade. No âmbito das visitas da delegação de saúde em que esteve presente e fez questão de acompanhar as crianças estavam a ter apoio ao estudo nos corredores, ou seja a escola já não tem capacidade para o número de alunos e para os ter nas melhores condições, seja em contexto de sala de aula que é insuficiente, seja no apoio ao estudo, portanto, alguém tem que analisar esta questão.

Rosa Paula Marques - Independente

Refere que ia fazer mais umas perguntas porque não foram respondidas outras que fez, mas decidiu agradecer ao Sr. Presidente da Junta por não ter respondido e por desvalorizar tudo, há várias Assembleias para cá, tudo aquilo que diz porque realmente as pessoas têm que ver que o Sr. Presidente desvaloriza o seu trabalho. Não tem aspirações políticas, mas de qualquer das formas o Sr. Presidente tem uma boa atitude perante uma população inteira e perante esta Assembleia.

Jorge Marques - CDU

Como não foi respondido volta a perguntar sobre a questão da toponímia, pensa que deveria ser discutida também aqui na Assembleia. pronto não foi respondido

Outra questão a levantar e porque na proposta só aparece verbas para a escola, que nós devemos apoiar, que a Junta de Freguesia tem a obrigação de apoiar os nossos alunos, tentar que eles fiquem cá, mas pergunta e nós não temos que apoiar a SCMAV, não temos que contribuir para apoiar o trabalho social que eles fazem tanto com crianças como com os idosos. Só se fala aqui de recursos financeiros para obras e a atribuição de mais uma cama articulada e aqueles subsídios que eram dados para compensar o trabalho social que era feito na Freguesia, havia uma comparticipação da Junta de Freguesia de Alhos Vedros para o apoio social, não vê isso orçamentado.

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Quer dizer sobre a questão da toponímia que existe um regulamento onde diz que tanto a Assembleia pode mandar propostas para a comissão de toponímia como o próprio Executivo. É o que está no regulamento aprovado e o regulamento não é de certeza do PS, deste mandato. Portanto acha muitíssimo bem as Assembleias de Freguesia têm legitimidade para aprovar propostas para mandar para a comissão e o Executivo também tem legitimidade, como fez.

Em relação à questão do apoio às entidades de cariz social está cabimentado verbas para a Santa Casa da Misericórdia fazer obras num lar. Entregaram um orçamento e é isso que está cabimentado. Oferecemos uma cama articulada, que foi um compromisso que assumiu com as outras Juntas de Freguesia que neste caso não foi financeiro foi um bem que faz sempre falta. Em relação aos demais apoios às entidades de carácter social sempre que fizerem chegar necessidades ou carências, são analisadas e fazem questão de acompanhar, dentro das limitações e capacidades financeiras, como já aconteceu noutras vezes.

Por último, quer dizer que ninguém está a prestar um bom serviço público ou a ser responsável por impedir o normal trabalho da Junta de Freguesia, o que estão a fazer é prejudicar as pessoas. Todos nós fomos eleitos para estar aqui, temos uma responsabilidade, aliás, até no estatuto dos eleitos locais no artigo 4 diz lá muito expressamente o que é que é a obrigação de defender o interesse público da Autarquia.

Não havendo mais intervenções por parte da Assembleia, a Presidente pôs à votação as Grandes Opções do Plano e Orçamento 2024.

As Grandes Opções do Plano e Orçamento 2024 foi aprovado com a seguinte votação:

6 votos a favor – PS, BE, PSD

6 votos contra – CDU, Rosa Paula Marques (Ind.), Pedro Galha (Ind.)

1 abstenção - Ana Rosado (Ind.)

Voto de qualidade da Presidente da Mesa a favor.

Seguidamente foram lidas as seguintes declarações de voto:

Bancada da CDU – lida pela Sra. Eli Rodrigues (anexa à ata)

Sra. Rosa Paula Marques – Membro Independente (anexa à ata)

Sr. Pedro Galha – Membro Independente (anexa à ata)

2 – Mapa de Pessoal

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Conforme proposta enviada para a Assembleia não há nenhuma alteração a fazer, manter o quadro pessoal, porque ele ajusta-se àquilo que pretendem fazer em termos de procedimentos concursais, as vagas estão abertas, estão por preencher.

Não havendo intervenções por parte da Assembleia, a Presidente pôs à votação o Mapa de Pessoal, tendo sido aprovado por unanimidade.

3 – Regulamento e Tabela de Taxas para 2024

Artur Varandas – Presidente do Executivo

A proposta enviada é para manter inalterado o regulamento de taxas e licenças, mas quer acrescentar uma proposta de última hora, que pensa que vai ser acolhida por todos. A proposta é para introduzir uma isenção para a legalização ou para as taxas ou para o licenciamento de caniços e gatiços para pessoas com mais de 65 anos.

A alteração proposta pelo Executivo foi aceite e assim a Assembleia vai discutir este regulamento com esta alteração.

Não havendo intervenções por parte da Assembleia, a Presidente pôs à votação o Regulamento e Tabela de Taxas para 2024, sendo aprovado por unanimidade.

O Executivo vai enviar, novamente, o Regulamento e Tabela de Taxas para 2024 a todos os membros da Assembleia, com a alteração mencionada.

4 – Atos da Junta

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Apresentou o Relatório de Atividades no projetor / tela, conforme a documentação que foi entregue aos membros da Assembleia de Freguesia, destacando o seguinte:

- Colocação de mesas e um aparelho de fitness na Mata dos Sobreiros na Bairro Francisco Pires
- Investimentos no Parque dos Pinheiros no Bairro Gouveia
- Inauguração do Parque Infantil no interior da Rua António da Silveira
- Inauguração da rampa de mobilidade reduzida do CRI, proposta vencedora do Orçamento Participativo
- Apresentação do livro do prémio literário de conto Leonel Coelho
- Instalação de 2 equipamentos de ar condicionado na escola nº 2
- Registo da propriedade do edifício sede JFAV nas Finanças e Conservatória do Registo Predial
- Deliberação de aprovação da cedência do lote 112 no Bairro Gouveia para núcleo cultural
- Debate 30 anos da Biblioteca

Jorge Marques - CDU

Refere que Sr. Presidente disse que tem mais de 200.000 €, mas o volume de transferências do estado para as autarquias locais não tem nada a ver com aquilo que era. Referiu que o Sr. Presidente também disse que vamos passar com um saldo positivo de tesouraria na ordem de mais de 200.000 €, então é sinal que esse dinheiro não foi gasto este ano, portanto tivemos 200.000 € à disposição e não houve investimos.

Refere também que ficou muito triste pelo Executivo não se fazer representar, nem dizer nada, na sessão solene de encerramento das comemorações do Clube das Arroteias, no dia 31 de Novembro. O convite foi feito e o Executivo não avisou que não podia estar presente, valeu a Sra. Presidente da Mesa estar lá a título pessoal e representou a Autarquia.

Cândido Pereira - PS

Pergunta se a mata do Bairro Francisco Pires se é um terreno camarário. Outras situações que aqui foram tidas em consideração, as verbas agora de facto são muito maiores do que já foram, é bom, mas também traz mais responsabilidades porque que efetivamente têm que gastar o dinheiro naquilo que faz falta à população.

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Em resposta ao membro Jorge Marques concorda com ele que as verbas que nos são atribuídas são poucas, por isso é que nós fizemos negociações com a Câmara para atribuição de mais verba. Vamos continuar a fazer aquilo que sempre fizemos que é gerir orçamento a orçamento e fazer aquilo que podemos fazer e que queremos fazer e queremos atender a todas as necessidades e todas as solicitações e responder a problemas que existem. Já fizemos um conjunto de intervenções e de obras que acha que é de valor, estamos a falar de necessidades que existiam há muitos anos e eram mesmo necessário fazer. O que conseguiram fazer foi de uma forma muito racional em termos de gestão financeira, é o compromisso número um, uma racionalidade e gestão rigorosa e responsável dos dinheiros públicos que a Freguesia tem. Nós não mexemos num cêntimo do valor do ano anterior acumulado, porque nós temos um projeto de grande dimensão que queremos implementar e quando fizemos uma candidatura e as candidaturas nos pedirem de capitais próprios, por exemplo 20% ou 25% de capitais próprios, nós temos que ter esses capitais próprios senão a candidatura é chumbada.

Em resposta ao membro Cândido Pereira tem conhecimento que o terreno em questão é camarário, por isso recuperaram um espaço para utilização da população. Em relação às verbas que têm vindo a crescer, têm vindo a crescer porque temos uma linha de pensamento que é sensibilizar os nossos parceiros, principalmente a Câmara Municipal da Moita para as necessidades de nos dotar com recursos.

José Ferreira – Tesoureiro do Executivo

Informa o membro Jorge Marques, como Diretor do Chinquillo Arroiteense que foi incumbido de representar a Junta de Freguesia na sessão solene, por incapacidade do Presidente. Como tal, quer pedir desculpa porque por lapso confundiu datas e horas.

Pedro Galha - Independente

Gostava de saber que Empresas e quais são os critérios para a escolha das mesmas e em que moldes é que é efetuada a contratação, para as reparações nas Escolas da Freguesia.

Ana Cristina Rosado - Independente

Faz uma reparação em relação à morada, que consta nas GOP, da Escola nº 1 da Bela Rosa, mas esta escola situa-se na Rua Lopes Sequeira e não na Av. da Bela Rosa. Isto tem a ver porque o Sr. Presidente costuma dizer que não se deve conhecer as rotundas pelos pontos de referência, devem ter nomes. Outra questão é sugerir que no novo site da Junta, se podia ser colocado um link de acesso ao antigo site porque as atas do Executivo começam na ata número 7. Pergunta, ainda, se a proposta número 187 de 13 de outubro de 2023 onde consta a primeira alteração do orçamento 2023 para proceder à transferência de verbas nas contas de despesas correntes no valor total de 16.300 € em alterações, se não tinha que vir a votação a esta à Assembleia.

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Em relação às prestações de serviços é muito simples, o Sr. Fernando que trata de tudo vai com a empresa aferir a necessidade, que neste caso teve a ver com a tempestade e insere-se na rubrica orçamental de valores para as escolas. Existem várias prestações de serviços às escolas que somos nós que fazemos, recebemos aqui as comunicações do Agrupamento a dizer as necessidades. Fazemos uma comunicação interna, como faziam anteriormente, para as oficinas e o responsável das oficinas vai lá com a empresa aferir a necessidade e manda o orçamento para a Junta e nós adjudicamos o serviço. Houveram vários serviços adjudicados de vidros e de portas de alumínio que foram por uma questão de urgência.

Em relação à rua da escola da Bela Rosa sabe que o nome da rua é outro, mas é assim que a escola é identificada.

Em relação ao link no site tem quase a certeza que há um link para o site anterior, mas vai reconfirmar com o Rui Bernardo.

Em relação à alteração orçamental, as alterações orçamentais é dentro do executivo, é o que está na lei, revisão orçamental tem que vir à Assembleia, são mecanismos contabilísticos diferentes dentro da Autarquia, que já era feito por quem cá estava. Nunca fizemos nenhuma revisão orçamental sem ser aquela que está contemplada na lei, em abril, que é a revisão da incorporação do saldo. Nunca houve necessidade de fazer outra, fez-se no ano 2022 uma alteração orçamental e no ano 2023 uma alteração orçamental.

Não havendo mais intervenções por parte da Assembleia, a Presidente da Mesa deu por finalizado o último ponto da Ordem do Dia, passando, de imediato, à leitura da minuta da ata e após uma correção, foi votada e aprovada por unanimidade, para efeitos de aplicação imediata.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão pelas 00 horas e 06 minutos, do dia 22 de Dezembro de 2023.

A presente ata será colocada à discussão e aprovação pelos membros da Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros e será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia de Freguesia após aprovação.

A Mesa da Assembleia de Freguesia:

Presidente: Maabuelat Lipe

1º Secretário: Fozio Dami Conceição Silva

2º Secretário: Mania Paula Diego

CDU

Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros

Nos termos da Lei e do Regimento dessa Assembleia de Freguesia vem a CDU, requerer a seguinte informação:

Listagem de todos os Ar Condicionados colocados nos últimos 10 anos pela Junta de Freguesia de Alhos Vedros, os custos e as especificações técnicas dos mesmos.

Sem prejuízo de demais esforços e profissionalismo, solicitamos o respeito pelos prazos e modos definidos na legislação aplicável.

Os melhores cumprimentos

Os Eleitos da CDU para a Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros

Eui Rodrigues

Jose Rodrigues

21 de dezembro de 2023

Helena Oliveira

Luís de Sousa Gomes

DEFESA DA HONRA

No dia 12/12/2023, pelas 13h37m o Sr. António Duro fez uma publicação na rede social Facebook.

Na publicação colocou uma foto do pelourinho de Alhos Vedros. Qual a mensagem que queria transmitir com esta imagem??? Achou que era merecida uma tortura na praça pública.

Nessa mesma publicação refere que a lista para a Junta de Freguesia de Alhos Vedros ganhou por ser socialista. Está equivocado, muitos de nós não foram votados pelos socialistas, mas pelas pessoas que nós conheciam e que acreditam que estamos cá para trabalhar e lutar pela Freguesia de Alhos Vedros.

O projeto era de todos os que acreditaram que ia ser um trabalho em conjunto em prol da população. Mas como se pode verificar o inédito tem acontecido. Já desistiram do executivo 3 pessoas. Qual será a explicação?

Quanto ao pingó de dignidade o Sr. é que o devia de ter, pois sabe perfeitamente que se nos demitíssemos o PS não tinha elementos para ocupar os nossos lugares. Não sabe que a Irina Cardoso não vem mais fazer parte desta assembleia, porque será?

Começa a estar à vista de todos os que querem ver

Quanto aos oportunistas sem escrúpulos só tenho uma coisa a dizer: os meus filhos e os meus familiares não ocupam cargos na Câmara Municipal da Moita só porque eu fui eleita. Não fui eleita para favorecer questões pessoais, mas sim para trabalhar em prol da população de Alhos Vedros. E pode acreditar que todos os dias luto e trabalho por Alhos Vedros a troco de nada.

A história também se encarregará de julgar o Sr. António Duro até porque é político e segundo sei até já foi vereador.

Quanto ao trabalho do Sr. Presidente de Junta de Freguesia nem me vou pronunciar, pois as pessoas veem tudo que se passa no dia a dia e nas assembleias de freguesia que também são transmitidas online.

Não precisa de ficar revoltado, pois o PS em Alhos Vedros votou contra em todos os orçamentos e os partidos políticos na altura não ficavam revoltados nem indignados. Porque é a democracia a acontecer.

Aproveito e faço aqui, um à parte, quanto à Senhora TB, pois só lhe tenho de dizer que demonstra muito desconhecimento e ignorância quando fala do meu nome e do nome de muitas outras pessoas. Mas fico me por aqui...

Por tudo isto, tenho de salientar que vivemos em democracia e o meu sentido de voto tem de ser respeitado.

António Duro
21/12/2023



Declaração de voto

Os eleitos da CDU declaram que votaram contra a aprovação das grandes opções do plano e orçamento para 2024 apresentado pelo executivo da Junta de Freguesia de Alhos Vedros:

1. Apesar de ter havido um aumento na transferência de verbas da Câmara Municipal da Moita para a Junta de Freguesia de Alhos Vedros, e conseqüente transferência de responsabilidades, os eleitos da CDU consideram que ainda não é suficiente, para que o executivo possa prestar um serviço condigno aos habitantes de Alhos Vedros, sendo esta análise feita com base no aumento das responsabilidades que essa transferência implica. É necessário que, no próximo ano, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, faça um maior esforço para obter mais financiamento para a descentralização de competências, situação não verificada novamente neste orçamento apresentado pela segunda vez.

2. Nas Grandes Opções do Plano e Orçamento, as propostas apresentadas melhoraram, mas existem ainda muitas propostas pouco concretas, não mostrando como as mesmas se vão realizar.

Existe a continuação das propostas de anos anteriores, sem concretização das mesmas, algo com que a CDU continua a não compactuar.



3. Sobre o Protocolo Bata Branca continuamos a não ver o mesmo esclarecido, nem interesse em esclarecer a sua forma de funcionamento.

Não foi dado a conhecer aos membros desta Assembleia, pelo menos aos membros da CDU o referido protocolo.

A bancada da CDU mantém a posição quanto à necessidade de conhecer o protocolo e reafirma que cabe ao governo central resolver os problemas do SNS, e não deve ser o poder local a assumir essa responsabilidade, não obstante de que este possa ajudar na sua resolução.

4. Nas GOP verificamos alteração, em sentido positivo, no que diz respeito aos trabalhadores para o quadro de pessoal, abertura de concurso a finalizar até ao final do 1º semestre de 4 postos de trabalho para o quadro, contratação com vínculo em detrimento de contratação de avençados.

Verificámos também que algumas rubricas do Orçamento como as relativas à Segurança Social, Saúde e Seguros dos trabalhadores não foram alteradas de forma a considerar a entrada desses novos trabalhadores. Mostra falta de coerência na elaboração do mesmo.

5. As propostas que foram apresentadas pela CDU no Direito de oposição, foram alteradas para uma forma distante daquilo que a CDU propôs e colocadas como se fossem também ideia do PS, isso demonstra um claro aproveitamento das reuniões de direito de



oposição onde entramos na reunião sem conhecer as propostas do PS e apenas colocamos as nossas em cima da mesa.

Novamente damos como exemplo a proposta “Acompanhar o projeto de reabilitação do parque das Salinas e sensibilizar a CM Moita para a necessidade de desassoreamento da caldeira do Moinho de Maré” que aparece como proposta do PS e da CDU. Esta não é a proposta da CDU e a CDU não pode aparecer como proponente.

A nossa proposta foi: “Promover junto das entidades competentes o desassoreamento do cais do descarregador, das caldeiras e das zonas húmidas do Parque das Salinas (Lamas)”,

que é completamente diferente no âmbito e na abrangência da proposta que aparece nas GOP.

Nota: Voltamos a salientar que o PS se esqueceu das suas promessas eleitorais, falamos por exemplo da ligação da água canalizada e iluminação à Associação Abrigo Mãozinhas que volta a não figurar nas GOP.

Os Eleitos da CDU

Alhos Vedros, 21 dezembro 2023

Eli Rodrigues
Fernando Marques
Luís Pereira
Rui Gomes da Silva

DECLARAÇÃO DE VOTO

Assunto: Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024

Verifiquei nos documentos que existe mais dinheiro para a cultura do que para a educação.

Que existe maior valorização a tradições que não são portuguesas, descurando as nossas tradições que nem são mencionadas.

O apoio ao abrigo das mãozinhas que é insuficiente perante a promessa da propaganda eleitoral.

O Protocolo Bata Branca suscita-me dúvidas.

Para mim as GOP não trazem o melhor para a freguesia e não vão ao encontro das minhas ideias, que foi o bem querer de freguesia de alhos vedros, logo votei contra o orçamento de 2024.

O orçamento apresentado teve poucas alterações.

Sendo que, com a alteração feita referente à contratação de pessoal não foi acrescido o valor das contribuições obrigatórias para a segurança social e no seguro de acidentes de trabalho.

Dado ao exposto e por o orçamento apresentar irregularidades o meu voto é contra.

Alhos Vedros, 21 de dezembro de 2023

A eleita Independente Paula Marques

Paula Marques

Declaração de Voto do Independente Pedro Galha

Ao analisar a proposta do 2º orçamento para 2024 da JFAV, observei que o mesmo já mostra melhorias, denotasse um esforço por parte do executivo para melhorar o que foi identificado pelos membros desta assembleia. Todavia o mesmo ainda não consegue refletir a minha visão da Freguesia.

Continuamos a ter um orçamento débil, fraco, e ainda por cima, com falhas técnicas na sua estrutura na apresentação de novas propostas, seja para resolver os estacionamento abusivos no centro da Vila seja para criar mais condições aos comerciantes. Na ânsia do querer fazer, o executivo do Partido Socialista perde mais uma oportunidade de trazer propostas concretas para a nossa Freguesia.

Sra. Presidente, ao analisar este documento e pese embora as pressões nas redes sociais por pessoas próximas do executivo, devemos lembrar que, nós, que estamos a esta mesa e que analisamos os documentos, é que somos os eleitos. Estranho é que pessoas estranhas ao executivo da Junta e a esta Assembleia saibam o que se passou com as reuniões do direito da Oposição no que toca o Orçamento.

O meu voto vai ser contra, porque mais uma vez ficamos aquém do que tem sido prometido à população de Alhos Vedros por um executivo do Partido Socialista que continua a se esquecer da população de Alhos Vedros naquilo que é mais importante. Dia após dia os problemas com a segurança agravam-se na Freguesia, e não se pode estar anos à espera de uma resolução.

Continuo a dizer que se ouvia que ia ser diferente e agir transparentemente, para quem dizia tenhamos coragem para mudar, digo o que vejo e sinto, só mudou o partido, porque continua tudo igual ou pior, podemos não concordar, mas a democracia é isso mesmo, nem todos vemos as coisas de igual forma, à que saber aceitar.

Disse.

21 de Dezembro de 2023

O Independente Pedro Galha